

A AULA UNIVERSITÁRIA: RESULTADOS DE UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE O GERENCIAMENTO DO TEMPO

UNIVERSITY CLASSES: RESULTS OF AN EMPIRICAL STUDY OF CLASS TIME MANAGEMENT

LA CLASSE UNIVERSITAIRE : RÉSULTATS D'UNE RECHERCHE EMPIRIQUE SUR LA GESTION DU TEMPS

LA CLASE UNIVERSITARIA: RESULTADOS DE UN ESTUDIO EMPÍRICO ACERCA DEL GERENCIAMIENTO DEL TIEMPO

Roberto Valdés Puentes *
Orlando Fernández Aquino **

RESUMO

O artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa empírica realizada entre 2005 e 2007, em uma instituição particular de ensino superior brasileira, com o objetivo de identificar, analisar e avaliar a gestão eficaz do tempo escolar. Foram entrevistados 144 professores, 279 alunos e nove coordenadores, e avaliadas 72 aulas e o calendário acadêmico institucional. Os dados levantados permitiram constatar um fato, no mínimo, alarmante e assustador: mais de 50% do tempo escolar universitário (tempo acadêmico, tempo da aula, tempo planejado, tempo atribuído, tempo na tarefa, tempo de aprendizagem, tempo necessário e tempo de estudo) previsto para uma aprendizagem efetiva por parte dos alunos está sendo desperdiçado ou mal gerenciado. Por esse motivo, a aula tornou-se um produto em falta, o que pode ajudar a compreender melhor os problemas associados à baixa qualidade dos processos de ensino-aprendizagem e o mau desempenho técnico, profissional, humano e político apresentado pelos estudantes.

Palavras-chave: Ensino universitário. A aula. Tempo escolar.

* Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (2005). Professor Titular do Centro Universitário do Triângulo – MG (rpuentes@unitri.edu.br).

** Doutor em Ciências Pedagógicas pelo Instituto Superior Pedagógico Félix Varela (Cuba, 2002). Professor Convidado da Universidade Federal de Uberlândia – MG (ofaquino@gmail.com).

INTRODUÇÃO

A otimização e a gestão do tempo escolar são uma preocupação relevante de pedagogos e teóricos educacionais. Tanto é assim que, em três das cinco definições consultadas sobre a aula, se faz menção ao “tempo” como uma das categorias fundamentais que integram esse conceito.¹ Para esses autores (DANILOV; SKATKIN, 1978; REYES; PAIROL, 1988; MASETTO, 2001), o “tempo” é o período rigorosamente definido no qual transcorre ou acontece a “aula”. Mas o “tempo” não apenas determina o transcurso específico de uma aula, como também o de toda a organização escolar de uma instituição de ensino.

Pesquisas efetuadas a partir da década de 1970, sobretudo nos Estados Unidos, têm comprovado que a qualidade do desempenho dos alunos está menos vinculada aos métodos de ensino e às estratégias de aprendizagem empregadas que ao aproveitamento adequado do tempo. Alguns desses trabalhos (RICHARDSON, 1997; GAUTHIER, 1998; DANILOV; SKATKIN, 1978; GARCIA, 1999; SOARES, 2004; CASTRO, 2004; etc.) investigaram as relações entre os vários aspectos do tempo e da aprendizagem dos alunos e confirmaram que a aprendizagem está relacionada com a quantidade de tempo atribuída a uma tarefa e com o tempo que os alunos permanecem ocupados na sua realização. Quanto mais tempo os professores atribuírem a um tópico escolar específico e quanto mais os alunos estiverem ocupados nesse tópico, mais aprenderão acerca dele. Com outras palavras, alunos, mesmo com poucas habilidades, mas que tiveram maiores oportunidades de tempo para a dedicação aos estudos, obtiveram melhor desempenho, o que se refletiu positivamente nas suas notas escolares.

Richardson (1997) tem conduzido, desde a década de 1990, investigações acerca da forma como os professores gerem o tempo dos seus alunos na sala de aula e também sobre o seu próprio tempo pessoal por meio de muitas atividades profissionais diferentes. Em alguns trabalhos, a autora foca, especificamente, o uso que os professores fazem do tempo nas salas de aula e o tempo dos alunos em atividades escolares, e estabelece cinco tipos diferentes de tempos:

1. **Tempo planejado** – quantidade de tempo previsto para diferentes assuntos e atividades no planejamento elaborado pelos professores;
2. **Tempo atribuído** – quantidade de tempo que os professores permitem que os seus alunos gastem numa dada tarefa escolar;
3. **Tempo ocupado** – quantidade de tempo que os alunos realmente gastam numa atividade ou tarefa (também chamado de **tempo na tarefa**). Este tipo de tempo é medido em termos de tempo na tarefa e tempo fora da tarefa.
4. **Tempo de aprendizagem escolar** (TAE) – quantidade de tempo gasto por um aluno ocupado numa tarefa em que obtém sucesso;

5. **Tempo necessário** – quantidade de tempo que um aluno individualmente necessita para dominar uma tarefa. Esta característica de tempo é, habitualmente, determinada com base na capacidade e na aptidão (RICHARDSON, 1997).

Por sua vez, Gauthier (1998) também distingue diferentes tipos de tempos escolares. Segundo ele, há o **tempo de aprendizagem** (“*academic learning time*” ou “*ALT*”), que comporta, por outro lado, três variáveis distintas e mensuráveis. Primeiro, há o **tempo concedido** (“*allocated time*”), que consiste na quantidade de tempo de ensino disponível para que os alunos trabalhem nas tarefas escolares e é determinado pelos administradores, pela direção das escolas e pelos professores. Em seguida, há o **tempo de empenho** (“*engaged time*”), que representa a proporção de tempo durante a qual os alunos prestam atenção à aula e se empenham na tarefa com o fim de aprender. Finalmente, há o **grau de dificuldade** que a atividade de aprendizagem representa para os alunos. Ele deve ser considerado em relação ao grau de êxito que permite alcançar (GAUTHIER, 1998).

Nas pesquisas realizadas por Gauthier (1998), o tempo de aprendizagem aparece, claramente, ligado à obtenção de melhores resultados por parte dos alunos. Com relação a esse aspecto, a maneira de utilizar o tempo revela-se o fator mais determinante. A utilização do tempo pelos professores eficientes é regida por um sistema de prioridades. Eles concentram a maior parte do tempo que passam em classe na aprendizagem das matérias escolares. Não obstante, o tempo concedido varia consideravelmente segundo a disciplina e o grau de escolaridade dos alunos.

O papel da aula eficaz é garantir a alta produtividade e o rendimento do trabalho do aluno e do professor, a fim de propiciar a obtenção de altos resultados, com as inversões de tempo e esforços indispensáveis. Para Danilov e Skatkin (1978), é possível estabelecer, no processo de ensino-aprendizagem, três correlações básicas dos resultados e gastos de tempo e esforços: 1) – obtenção dos resultados desejados, com inversões de tempo e esforço acima da norma, isto é, sobrecarga dos professores e dos alunos; 2) – obtenção dos resultados ou fins traçados, com mínima inversão de tempo e esforço; em tais casos, geralmente, não se satisfazem nas aulas todos os requisitos do processo; 3) – obtenção dos resultados com inversões de tempo e esforço na magnitude estritamente necessária (p. 253-254).

Segundo os próprios autores, a última correlação de resultados e inversões de tempo e esforço de professores e alunos é a mais conveniente. Sua realização prática pressupõe o cumprimento de duas condições fundamentais: a) eliminação das possíveis perdas de tempo em aulas e b) correta interação dos fatores que determinam os resultados do ensino. Dentro da primeira, são indicadas: 1 – início e final das atividades e tarefas no momento oportuno; 2 – exclusão de questões e conversações supérfluas ou alheias ao tema da aula; 3 – desenvolvimento rigorosamente consecutivo e cuidadosamente reflexivo, tanto dos aspectos independentes da aula, como da aula no conjunto, ou seja, eliminação das perdas de tempo na transição de uma etapa a outra; 4 – máxima redução

das perdas de tempo na organização, inclusive, nos denominados momentos organizativos; 5 – habilidade para manter ocupados todos os alunos da sala de aula. Os fatores da segunda condição referem-se: 1 – *aos alunos*: qualidade da preparação precedente, nível de aproveitamento e de capacidade de trabalho, motivação etc.; 2 – *ao professor*: sua preparação política e teórica, grau de domínio da disciplina docente, isto é, conhecimentos teóricos e práticos, conhecimentos pedagógicos, psicológicos, metódicos, qualidade da preparação da aula etc.; 3 – *ao aparelho didático*: conteúdo daquilo que deverá ser estudado, sua organização, métodos de trabalho etc. (DANILOV ; SKATKIN, 1978, p. 254)

No caso específico do Brasil, diversos autores têm pesquisado o uso do tempo escolar no ensino fundamental (GARCIA, 1999; THERRIEN, 2000; RODRIGUES, 2002; SILVEIRA, 2003; CASTRO, 2004; SOARES, 2004). Já em relação ao *uso do tempo* na sala de aula do ensino superior, é possível afirmar que, ainda que em menor proporção, também tem sido objeto de análise, especialmente, a partir da década de 1990. Sonnevile (1992), Paul e Ribeiro (1991), Souza (1993), Carelli e Santos (1998), Moura, Matsudo e Andrade (2001), Schiavon et alii (2002) e Faldini et alii (2003) investigaram nos alunos a dedicação de tempo aos estudos extra-classe; enquanto que Tebechrani (1999) analisou a frequência em sala de aula, e Santos (2001) discutiu a maneira como a alocação e o gerenciamento do tempo na tarefa afetam a aprendizagem dos alunos.

Os resultados alcançados por esses trabalhos, impossíveis de comentar aqui por razões de espaço, são de extrema importância para melhor entender o aproveitamento do tempo em sala de aula universitária. Ainda assim, são insuficientes, porque se limitam à análise, por separado, de três tipos específicos de tempo: *tempo da aula*, *tempo na tarefa* e *tempo de estudo extra-classe*; e porque se baseiam, fundamentalmente, em resultados levantados na forma de motivos alegados ou opiniões dos sujeitos envolvidos.

Assim, acredita-se que a divulgação de resultados que procuram identificar, analisar e avaliar a gestão eficaz do tempo escolar universitário, a partir de um estudo de caso realizado em uma instituição de ensino superior brasileira, no período de 2005 a 2007, permitirá determinar com maior objetividade o trabalho didático que realiza o professor em sala de aula, o tempo real que é atribuído a cada uma das atividades pedagógicas e a correlação que guardam as categorias: obtenção de resultados de aprendizagem, inversões de tempo e esforços dos alunos, e seu efeito na melhoria da qualidade dos processos de ensino-aprendizagem que são desenvolvidos na educação superior.

MÉTODO

Sujeitos

Participaram da pesquisa 432 sujeitos. Deles, nove coordenadores dos cursos de Turismo e Hotelaria, Internet e Redes, Sistema de Informação, Nutrição, Farmácia, Enfermagem, Estética, Psicologia e Odontologia; 144 professores dos cursos de Educação Física, Pedagogia, Odontologia, Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem, Biologia, Direito, Letras, Comunicação Social, Nutrição, Farmácia, Turismo e Hotelaria, Matemática, Administração, Ciências da Computação, Estética, Odontologia, Publicidade e Propaganda, e 279 alunos dos cursos de Educação Física, Pedagogia, Odontologia, Fisioterapia, Enfermagem, Direito, Nutrição, Farmácia, Sistema de Informação e Estética, 146 deles do sexo masculino e 133 do feminino, com aulas nos horários matutino (12,5%), vespertino (25,1), noturno (14,7%) e integral (26,9%) e dos períodos do 1º ao 8º.

Material

Os pesquisadores dispuseram de três materiais fundamentais: questionários, roteiro de observação de aulas e calendários acadêmicos da instituição.

Entre fevereiro e junho de 2006, foram aplicados quatro questionários, dois deles aos professores (o primeiro com 106 questões e o segundo com 49), um a coordenadores (com 40 questões) e o restante a alunos (com 67 questões).

Além dos questionários, foram observadas 72 aulas de 36 professores de 11 cursos diferentes (Educação Física (11), Pedagogia (10), Computação (1), Nutrição (2), Sistema de Informação (3), Publicidade e Propaganda (1), Odontologia (1), Enfermagem (1), Estética (2), Fisioterapia (1) e Farmácia (3)). A observação foi realizada por dois docentes e dois discentes do Programa de Pós-Graduação, previamente treinados, acompanhados de um instrumento composto de 40 questões. Além do preenchimento das questões, os pesquisadores deviam elaborar um relatório individual, contendo os principais detalhes de cada uma das aulas.

Em três dos quatro questionários aplicados (nos dois dos professores e no dos alunos) e no instrumento de observação de aulas, algumas questões levantadas eram referentes à utilização do tempo: disponibilidade de tempo para a preparação metodológica e o planejamento de aulas; organização do tempo durante a atividade de planejamento da gestão da matéria; distribuição racional do tempo da aula em função dos objetivos e dos conteúdos; frequência dos alunos nas aulas; permanência dos estudantes em sala de aula; tempo destinado para que os alunos elaborem respostas, resolvam exercícios, realizem resumos e conclusões parciais durante a aula; tempo da aula previsto para atividades práticas dos alunos; tempo destinado à aprendizagem das matérias escolares; tempo de empenho dos alunos à aprendizagem das matérias escolares; tempo necessário para o

aluno responder; quantidade de horas dedicadas pelo aluno ao estudo extra-classe; hábito de leitura por parte dos alunos.

Finalmente, foi feita uma análise do calendário acadêmico da instituição referente aos anos de 2006 e 2007, em aspectos tais como: duração do ano letivo, início e término do ano escolar, feriados municipais e nacionais, início e término do período de aulas, recessos, planejamento das atividades de ensino, e avaliações bimestrais e substitutivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise aqui realizada inclui apenas os aspectos concernentes à utilização do tempo escolar. Entende-se por **tempo escolar** aquele tempo que o estudante vive ou passa na instituição educativa, ou seja, é o tempo que ele passa na escola (universidade), desde que nela entra até que dela sai. Segundo Ferreira, Dias e Santos (2006), essa definição pode ser entendida de várias formas e levar a diferentes interpretações: pode ser ao longo de um dia; ao longo de um ciclo; ao longo de um curso; ao longo de uma profissionalização. No caso em questão, o tempo escolar é interpretado como **tempo escolar universitário** e é entendido como ao longo de um ano letivo. Em tal sentido, os autores, com o auxílio da literatura científica consultada, especialmente os trabalhos de Richardson (1997) e Gauthier (1998), estabelecem, como parte do **tempo escolar universitário**, oito tipos diferentes de tempo, e apresentam, analisam e avaliam cada um deles na seguinte ordem: 1 – tempo acadêmico ou ano letivo; 2 – tempo da aula; 3 – tempo planejado; 4 – tempo atribuído; 5 – tempo ocupado ou tempo na tarefa; 6 – tempo de aprendizagem (TAE); 7 – tempo necessário; e 8 – tempo de estudo extra-classe.

I – O tempo acadêmico ou ano letivo

O tempo acadêmico ou ano letivo, no Brasil, refere-se ao período no qual são desenvolvidas as atividades escolares regulares. O ano letivo regular, na atual LDB, à semelhança do normalizado em legislações anteriores (Decreto-lei 464/69; Portaria do MEC 159/65; Parecer CFE 382/64), rege-se por um calendário acadêmico independente do ano civil, o que permite adequar-se às conveniências de todo tipo que justifiquem a medida.

A nova LDB, depois de muitos anos de permanência de um ano escolar de cento e oitenta (180) dias letivos, estabeleceu um calendário acadêmico de, “no mínimo, duzentos (200) dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver” (Art. 47, *caput*, da Lei 9.394/96) (Indicação CEE Nº 02/98 – CES, 1998).

Quanto à estruturação do calendário acadêmico na universidade brasileira, é interessante observar que esta adotou o sistema semestral, sobretudo, a partir da década de 1960. A medida foi assumida para substituir o regime anual com dois semestres parciais. O regime semestral passou a ter apenas 15 semanas de duração, enquanto, no

país de origem (Estados Unidos), tem a duração de 16 a 18 semanas. Dessa maneira, os estudantes brasileiros, até hoje, passaram a ter longos períodos de férias, e mesmo as poucas universidades que introduziram períodos letivos opcionais de duas a quatro semanas no mês de julho ou no mês de janeiro, em geral, têm pouca demanda por suas ofertas de disciplinas.

Outro componente do *tempo acadêmico* é o relógio curricular expresso pelo programa do *horário semanal*. Durante a semana acadêmica, existe o período de ensino diurno (no qual o dia de trabalho acadêmico padrão vai das 7 horas da manhã às 17 ou 18 horas) e o período de ensino noturno (vai 18 ou 19 horas e termina às 22 ou 22:30 horas).

Na instituição pesquisada, o *ano letivo* (tomando como referência os anos de 2006 e 2007) tem uma duração de 237 dias (120/121 no primeiro semestre e 117/116 no segundo, respectivamente), distribuídos em 40 semanas (20 para cada semestre). O horário semanal vai das 07:15 até 18:30 horas, no período diurno, e das 18:10 até 23:25, no noturno. Dessa maneira, parece cumprir-se com ampla margem de folga o que estipula a legislação nacional. Mas não é assim. Dentro dos dias previstos no calendário escolar como ano letivo, a instituição contabiliza 39 sábados (19 no primeiro semestre e 20 no segundo), durante os quais os cursos regulares não realizam atividades acadêmicas envolvendo os estudantes.² Descontados esses 39 sábados, restam 198 dos 237 dias previstos inicialmente.

Nesses 198 dias, a instituição inclui, ainda, de modo contrário a uma indicação da nova LDB/96, “o tempo reservado aos exames finais”, além dos dias previstos para vista de provas. São destinados para fins de avaliação e discussão da avaliação, segundo consta no calendário acadêmico (2006/2007), 44 dias no total para os alunos (aproximadamente quatro para cada Disciplina), 32 deles para exames (oito em cada bimestre) e 12 para vista de provas (no mínimo três dias por bimestre). Cumprindo com rigor a lei que proíbe que os dias de provas e de vista de provas sejam contabilizados como parte do ano letivo, apenas ficam sobrando 154 dias como tempo no qual podem realmente ser desenvolvidas atividades escolares regulares que impliquem algum tipo específico de aprendizagem por parte dos alunos. Isso demonstra que 23% do tempo acadêmico ou ano letivo obrigatório por lei (200 dias no mínimo) e 35,03% do ano letivo oficial declarado pela instituição no seu calendário acadêmico (237 dias) não estão sendo respeitados. De maneira que, com um planejamento irregular do ano letivo, está sendo jogada fora uma parte preciosa do tempo previsto para aprendizagem dos alunos.

2 – O tempo da aula

Os alunos e professores, como foi mostrado, só dispõem de 64,97% do ano letivo prometido pela instituição e 77% do tempo mínimo obrigatório por lei, para o *tempo da aula*.

Entende-se por *tempo da aula* o ensino dos conteúdos curriculares propriamente dito, previsto no projeto pedagógico de uma instituição para um curso de graduação

determinado, alocado em uma disciplina específica. Esse tempo é distribuído ao longo de um semestre ou ano letivo, na forma de hora-aula. A hora-aula universitária tem uma duração de 50 minutos, mas a cada disciplina é concedida uma quantidade de horas-aula específica, que varia em função do número de créditos para ela estipulada dentro do Projeto Pedagógico do curso em questão. Por sua vez, o número de créditos está relacionado tanto com o nível de complexidade do conteúdo tratado na disciplina, como com seu grau de importância para a formação integral do futuro profissional.

De acordo com as normas regimentais para o ensino superior brasileiro, a aprovação do aluno universitário, em qualquer disciplina, satisfeitas as demais exigências legais, só será efetivada quando, da carga horária no semestre/ano letivo, ele obtiver o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas. A observação aparece claramente explicitada tanto no *Guia de Orientação Acadêmica do Aluno* (2006), quanto no *Guia de Orientação acadêmica do Professor* (2000) elaborado pela instituição.

Em caso de falta, o próprio aluno ou seu representante tem a obrigação de fazer pedido de justificativa devidamente protocolada mediante a apresentação de atestado médico original, laudo médico com registro do CID até o 5º dia útil após do início do afastamento.

Ainda assim, essas normas nem sempre são respeitadas. Poucos alunos são reprovados por frequência ou obrigados a apresentar justificativa protocolada para sua falta. Alguns professores, em entrevistas concedidas, declararam que não fazem chamadas ou fingem que fazem. Há casos em que alunos presentes na sala assinam pelo colega ausente, em uma espécie de camaradagem, que tem conduzido ao esvaziamento da sala de aula.

A situação pode ser considerada preocupante. Os resultados da pesquisa realizada têm permitido constatar que, do tempo que tinha restado do ano letivo (64,97% / 77%) para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem (tempo da aula), 37,31% também são desperdiçados por alunos e professores com ausências, atrasos no início da aula, interrupções e falta de permanência na sala.

Na amostra de 72 aulas observadas, num período de oito meses, 100% delas começaram fora do horário, sacrificando 14,41% do tempo oficial previsto para cada uma (estipulado em 50 minutos); 22,90% dos alunos oficialmente matriculados não frequentaram a sala de aula; 100% das aulas observadas sofreram, no decorrer, algum tipo de interferência ou de interrupção provocadas pelas mais diversas razões: sistemática entrada e saída de alunos, utilização de celular, comercialização de produtos, etc.; entre 10 e 15% dos alunos abandonaram a sala nos 30 primeiros minutos da aula, e imediatamente depois que o professor efetuou a chamada, e entre 10 e 15% antes dos 10 minutos anteriores ao fim da aula.

A situação se agrava em atividades docentes com quatro horas-aula contínuas, que dispõem de um intervalo entre as duas primeiras e as duas últimas aulas. Regimentalmente, o intervalo tem duração de 15 minutos, mas eles, geralmente, prolongam-se

por espaço de 20 minutos ou mais. Os alunos, e às vezes os próprios professores, aproveitam esse tempo para “matar” parte da aula, porque, num formato em que predomina a aula expositiva, o esgotamento se faz evidente em quem fala e em quem escuta. Ou seja, a definição, pela instituição, do tempo das aulas pode fazer diferença na *performance* final da turma de um determinado curso.

O horário funcional da instituição contribui, de alguma forma, para que se cometam algumas dessas violações. Pressionada pelo calendário letivo, que obriga ao cumprimento de uma quantidade determinada de horas/aula por semana e por dia, a instituição não prevê horário oficial entre uma e outra aula. Sendo assim, enquanto uma aula termina às 08:55h da manhã, a outra começa às mesmas 08:55h. Supõe-se, dessa maneira, que o professor e os alunos podem estar em dois lugares ao mesmo tempo, fazendo duas coisas diferentes. Quando o docente ou a turma de alunos precisa locomover-se de um bloco a outro da universidade, para trocar de atividade, terminam, involuntariamente, perdendo determinada quantidade de tempo que não está sendo computado, mas que poderá prejudicar alguma disciplina. De novo, o tempo previsto para a aprendizagem é prejudicado.

A tudo isso, soma-se outro tempo da aula que não é comumente considerado, mas que acaba sendo desperdiçado. Trata-se da falta de docência durante a semana que dá início às aulas no começo do ano escolar e durante as duas últimas semanas antes do encerramento das atividades docentes (posterior às provas do segundo bimestre, agendadas, geralmente, entre 27 de novembro e 10 de dezembro); no primeiro caso, porque os alunos ainda não se incorporaram à instituição; no segundo, porque anteciparam suas férias. Os 15 dias correspondentes a essas três semanas sem aula representam 9,74% do tempo da aula a mais que, como os 37,31% perdidos com outras ausências, atrasos, interrupções e falta de permanência na sala, é desconsiderado ou mal gerido. Ao final, somadas ambas as porções de tempo (37,31% e 9,74%), chega-se ao total de 47,05% do *tempo da aula* que está sendo dilapidado.

3 – Tempo planejado

O *tempo planejado* é a quantidade de tempo previsto para os alunos, enquanto o professor realiza seu planejamento das aulas, destinado à realização de diferentes atividades pedagógicas dentro ou fora da sala. Trata-se de um tipo específico de tempo difícil de ser computado em minutos, horas, dias ou semanas, diferentemente do tempo acadêmico e do tempo da aula. Por esse motivo, seu estudo torna-se mais complexo e menos comum entre os pesquisadores. Ainda assim, sua análise é possível, necessária e de fundamental importância, porque só quando o estudante participa de atividades que implicam a realização, individual ou coletiva, de algum tipo de trabalho intelectual ou prático tem a real possibilidade de aprender. Com outras palavras, é por intermédio do trabalho efetuado que o aluno aprende, cresce e se desenvolve.

Os resultados têm demonstrado que os professores pesquisados, salvo exceções, não planejam devidamente suas aulas. Eles mesmos o admitem num instrumento de auto-avaliação aplicado a 144 docentes, contendo seis dimensões e 49 indicadores referentes a funções desenvolvidas dentro da docência. O quadro que segue apresenta o comportamento das questões relacionadas com o planejamento da gestão da matéria de ensino-aprendizagem e da classe (prevista nas dimensões Gestão da Matéria e Gestão da Classe), segundo a resposta dos professores. A letra 'B', correspondia a Bom, 'R' a Regular, 'I' a Insuficiente e 'NF' a não faz.

Quadro 1 – Auto-avaliação dos professores sobre o planejamento

Planejamento da gestão da matéria e da classe	B	R	I	NF.
1.Planejamento dos objetivos	—	—	13,3%	86,7%
2.Planejamento dos conteúdos	—	—	8,6%	91,4%
3.Planejamento das atividades de aprendizagem	1,9%	—	21,9%	76,2%
4.Planejamento das estratégias de aprendizagem	1,9%	2,9%	35,2%	60,0%
5.Planejamento das avaliações	1,0%	3,8%	41,9%	53,3%
6.Planejamento do ambiente educativo (tempo, espaço físico e recursos)	4,8%	4,8%	46,7%	43,8%
7.Planejamento das medidas disciplinares	5,7%	2,9%	15,2%	76,2%
8.Planejamento das regras e dos procedimentos	4,8%	1,0%	25,7%	68,6%
9.Planejamento segundo o desempenho esperado dos alunos	3,8%	2,9%	29,5%	63,8%

Fonte: Organizado pelos autores.

Como é possível observar, mais de 90% dos professores entrevistados consideram que não planejam, ou que planejam de maneira insuficiente, a gestão da matéria e da classe em sua disciplina. Os indicadores mais afetados são o planejamento dos conteúdos, dos objetivos, das atividades de aprendizagem e das medidas disciplinares, respectivamente, os quais não são projetados por mais de 76% dos docentes.

O fato de que mais de 98% dos professores pesquisados admitam que o planejamento das atividades de aprendizagem é comprometido (pela sua ausência ou pela sua insuficiência) denota que *o tempo planejado* (tempo previsto para que os alunos efetuem diferentes atividades durante a aula ou durante o estudo extra-classe), como os tempos anteriores (tempo acadêmico e tempo da aula), também está sofrendo perda.

Quando questionados, mais de 50% dos professores alegam não dispor de tempo suficiente durante o ano letivo para realizar atividades vinculadas ao planejamento das aulas. Quando questionados os alunos, por sua vez, 83,2% deles alegam que seus professores apenas preparam de maneira regular ou insuficiente suas disciplinas. A instituição, finalmente, amparada no Art. 320 da CLT,³ pode argumentar a seu favor que a falta de tempo não justifica a ausência de planejamento das aulas, porque está pagando ao professor por esse serviço.

4 – Tempo atribuído

Sem planejamento consciente, explícito e sistemático, nem o professor nem o aluno, só o acaso sabe a direção que toma uma aula. A ausência de planejamento das atividades pedagógicas dos alunos (tempo planejado) leva, em decorrência, a outro prejuízo ainda maior, que é o inadequado aproveitamento do *tempo atribuído*, isto é, o tempo que os professores permitem que os alunos gastem numa dada tarefa escolar durante a aula explícita. Interrogados, mais de 78% dos professores revelaram que não atribuem, ou atribuem de maneira insuficiente, tempo para que os alunos efetuem atividades pedagógicas (83%), respondam às perguntas formuladas durante a aula (94,3%), e para a aprendizagem dos conteúdos (78,1%).

A maioria dos professores observados (75,5%), inseguros, sem condições temporais e com escassas habilidades para a improvisação, optaram por seguir o caminho aparentemente mais fácil, mais usado e, também, menos recomendável: a aula tradicional ou expositiva, organizando o ambiente com o grupo total, em disposição frontal. Esse formato da aula, centrada em conteúdos (informações), foi o caminho mais transitado, porque libera o professor do planejamento mais rigoroso e o aluno de grandes esforços. Aqui, o tempo atribuído é invariavelmente gasto, quase sempre, em uma única e mesma tarefa: permanecer na sala escutando o professor dissertar sobre um tema por espaço de duas horas ou mais.

Naquelas outras aulas, nas quais os professores optaram por práticas menos tradicionais e ousaram submeter os alunos a algumas tarefas intelectuais e práticas, sem prévio planejamento, a experiência não foi boa, porque o tempo foi mal distribuído. Em uns casos, porque foi concedido tempo demais para o tipo e complexidade da tarefa; em outros, porque foi atribuído pouco tempo. Não foi observado nada que lembrasse atribuição de tempo na magnitude estritamente necessária demandada pela tarefa.

5 – Tempo ocupado ou tempo na tarefa

Este tipo de tempo é medido em termos de tempo na tarefa e tempo fora da tarefa. Trata-se da quantidade de tempo efetivo que os alunos ocupam no desempenho das tarefas relacionadas com os objetivos que o professor define para cada aula. Diferentemente dos outros tipos de tempo analisados até aqui, esse é o único que depende do aluno, de seu ritmo e de sua motivação para a tarefa (FERREIRA; DIAS; SANTOS, 2006). Por esse motivo, pode ser considerado, também, como tempo efetivo da aula. Com outras palavras, a duração da aula (a aula real) é diretamente proporcional ao tempo na tarefa. Quanto maior é o tempo que o aluno permanece em uma tarefa, maior é o tempo da aula, e vice-versa.

Em aulas expositivas, em que a exigência para o aluno é escutar e escrever, o tempo na tarefa é sempre mínimo e pouco eficaz do ponto de vista de aprendizagem. A pesquisa permitiu fazer essa constatação. De cada 100 minutos de aula (tempo de duração de duas aulas), o professor perde entre cinco e 15 minutos para dar informações aos alunos sobre o conteúdo da aula, sobre as tarefas a realizar ou sobre outros aspectos gerais; entre cinco ou 15 minutos, para organizar sua aula, fazer chamada, organizar a classe etc. Uma vez iniciado o tratamento do conteúdo, em salas lotadas com mais de 60 ou 70 alunos, é difícil acompanhar a apresentação do professor. Além disso, os alunos, mal treinados desde a educação básica, não estão habituados a escutar nem conseguem manter-se concentrados na tarefa durante muito tempo.

Foi possível constatar, também, que os alunos desconcentram-se facilmente depois dos primeiros 20 ou 25 minutos da aula e abandonam o raciocínio do professor por algum tempo, em alguns casos (entre 10 ou 15 minutos), ou definitivamente, na maioria. A apropriação das informações acontece, quase sempre, pela via da memorização. A imensa maioria dos alunos não faz registro do conteúdo exposto pelo professor, muitos deles nem sequer levam caderno à sala. Em 57,2% das aulas observadas, não é destinado ou é insuficiente o tempo necessário para que os alunos elaborem respostas, resolvam exercícios, realizem resumos e conclusões parciais. Livros didáticos, livros de consultas, dicionários, relatórios de pesquisas e revistas científicas não são comuns no reino da aula. Em 63,3% das aulas analisadas, os professores não indicam a bibliografia básica e complementar, nem as outras fontes de informação utilizadas na preparação do conteúdo apresentado. Quando isso é feito, em 22,4% das vezes acontece de maneira insuficiente ou regular. Nesses casos, em um formato de aula informativa e superficial, é fácil supor que os alunos terminarão esquecendo quase toda a matéria num prazo de tempo curto.

Ainda há mais. Durante os intervalos, nos quais o aluno pára ou “desliga-se” da aula, começa a inquietar-se na cadeira, sente vontade de sair da sala, interrompe o professor com perguntas desvinculadas do conteúdo, inicia conversas paralelas com os colegas de turma, escuta música, come, faz ou recebe chamadas no celular etc. A maioria dos professores, despreparados para lidar com situações como essas ou aborrecidos com seus

alunos, optam por dar continuidade a sua exposição, sem notar que é preciso conceber um recesso ou mudar de atividade. A minoria que percebe a necessidade de mudar, mas não dispõe de outra atividade que não seja a própria aula expositiva, opta por concluir seu trabalho antes do tempo previsto.

Na sala de aula, no horário noturno, a situação se agrava, devido ao cansaço provocado no aluno por uma jornada de trabalho desempenhada durante o dia. Pela noite, é difícil acompanhar o raciocínio lógico do professor enquanto expõe a matéria. Mas poucos estão interessados em acompanhar. Só alguns escutam e tomam notas. Outros apenas esperam que seja feita a chamada para abandonar a sala pela porta do fundo. Em apenas uma aula do período noturno foi possível ver alunos entrando e saindo da sala mais de 15 vezes, sem que isso incomodasse o professor. Também não receberam punição alguma. São escassos o planejamento e a aplicação de medidas disciplinares. Por outra parte, as intermináveis exposições de uma parte representativa dos professores que, não raro, se limitam a ler textualmente as apresentações feitas com o auxílio do *datashow*, são encaradas com certa resignação pelos alunos que escolheram ficar na sala.

Nos poucos casos nos quais as tarefas foram diferentes da aula expositiva, os alunos não conseguiram ficar concentrados por espaço de tempo superior a 20 ou 25 minutos. São raros os hábitos para realizar trabalhos de outra natureza que não seja a aula copiada. Uma parte considerável dos alunos reclamam dessa modalidade de ensino-aprendizagem, manifestando sua insatisfação, mas não se dispõem a trabalhar quando a oportunidade é oferecida, preferindo, assim, a lei do menor esforço para eles: a aula tradicional.

Os dados levantados pelo estudo permitem afirmar que, de 45,36% do tempo efetivo de aula (considerando provas e vista de provas como atividades acadêmicas), apenas entre 60 e 65% dele pode ser considerado, verdadeiramente, como tempo ocupado ou tempo na tarefa. Esses números não representam mais que 29 ou 30% de todo o ano letivo. O tempo escolar universitário restante (70 ou 71%) parece estar sendo desperdiçado por alunos e professores, enfim, pela instituição, com prejuízo da qualidade na formação integral dos futuros profissionais.

6 – Tempo de aprendizagem (TAE)

A situação pode tornar-se mais crítica quando o tempo de aprendizagem não se responde totalmente, como acontece, comumente, com o tempo na tarefa. Segundo sua definição, tempo de aprendizagem é, apenas, aquela quantidade de tempo que um aluno gasta ocupado numa tarefa em que obtém sucesso acadêmico.

A partir dos dados da pesquisa, o aluno permanece ocupado ou envolvido na realização de alguma tarefa em apenas 29 ou 30%, aproximadamente, do ano letivo (tempo escolar universitário). Esse é o tempo real no qual ele tem alguma oportunidade para aprender. Com outras palavras, o aluno tem aproximadamente entre 29 e 30% do ano para aprender entre 29 e 30% do sistema de conteúdos (conhecimentos, habilidades,

hábitos e valores) previstos no programa de aprendizagem de cada Disciplina, com determinadas possibilidades de obter sucesso. Trata-se, aqui, de uma situação hipotética, na qual é preciso levar em conta que o tempo durante o qual o aluno fica ocupado na realização de uma tarefa é o *tempo estritamente necessário* para a obtenção de resultados positivos de aprendizagem.

Nas 72 aulas observadas, não foi realizado, por parte do professor, algum tipo específico de avaliação (oral ou escrita, individual ou geral, intelectual ou prática) que permitisse determinar o grau de aprendizagem atingido pelos alunos posterior à efetuação de determinada tarefa. As aulas se sucedem umas às outras sem que o docente saiba a situação real de seus alunos em relação ao cumprimento dos objetivos previstos para cada uma. O tempo da aula, o tempo atribuído e o tempo na tarefa estão escassamente vinculados ao tempo de aprendizagem. Os alunos podem ter aprendido ou não, mas a maioria das aulas acaba invariavelmente sem que o professor e os próprios alunos tenham consciência disso. Pelo geral, é preciso esperar o período de avaliações para saber alguma coisa sobre o aproveitamento acadêmico dos alunos.

Durante a pesquisa não foi possível observar que se realizaram avaliações do desempenho dos alunos nem foram analisadas amostras de provas bimestrais aplicadas pelos professores investigados, a fim de confirmar, com maior objetividade, questões relacionadas com a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos. Os efeitos do uso dos diferentes tipos de tempo escolares na aprendizagem do estudante universitário precisam ser mais bem estudados.

De qualquer maneira, é possível antecipar que, com o desperdício no aproveitamento do tempo acadêmico e do tempo da aula, e com o uso do tempo atribuído e do tempo na tarefa em atividades pouco relevantes e, por vezes, improdutivas do ponto de vista dos alunos, como podem resultar certas aulas expositivas, os alunos universitários estão aprendendo mal e pouco.

7 – Tempo de estudo extra-classe

Alguns autores, Richardson (1997), por exemplo, enfatizam que uma das formas principais de conseguir prolongar o tempo de aprendizagem é dar aos alunos trabalho extra-classe. Segundo a autora, se os estudantes praticam suas competências em casa ou fora da sala, haverá mais tempo disponível durante o dia escolar para a instrução.

Em relação ao intervalo de tempo que os alunos dedicam aos trabalhos extra-classe, a fim de complementar seus estudos e reforçar seu desempenho acadêmico, tal como foi considerado nos outros tipos de tempo analisados, os dados levantados mostram que ele é insuficiente em alguns casos e inexistente nos restantes. Na maioria das vezes, a atividade pedagógica fora do tempo e do espaço da aula é quase inexistente. Em apenas 20,4% das aulas os professores orientam o estudo extra-classe e só em 8,2% delas a orientação é realizada corretamente.

Há predomínio da aula estanque, aquela que não tem vínculo claro com as outras aulas previstas no plano de ensino e que começa e termina no tempo medido pelo cronômetro do dia letivo. Em apenas 12,2% das vezes os professores integraram os conteúdos da aula com os de aulas anteriores e com os conteúdos das demais disciplinas do período, e em apenas 14,3% isso é feito com outras disciplinas do curso. Tudo o que é possível e preciso aprender o professor e os alunos esperam que seja aprendido naquele momento e entre aquelas quatro paredes. Os professores parecem não confiar nos hábitos de estudo de seus alunos e, por esse motivo, em poucas ocasiões orientam atividades extra-classe. Os alunos não recebem a orientação de atividades extra-classe e, em decorrência disso, parecem não desenvolver hábitos de estudo.

Enfim, as atividades extra-classe são raras, quando orientadas são dadas sem o devido cuidado ou valor, exigem muito pouco esforço intelectual do aluno (limitam-se à simples leitura de textos sem a maior complexidade teórica, sem roteiro de leitura, nem questões para ser respondidas), quase nunca são resolvidas, quase nunca são cobradas, e os professores já prevêm parte da aula do dia seguinte para esses fins. Trata-se, esta última, de uma saída fácil e cômoda à qual alunos e professores recorrem, via de regra, para “matar” a aula.

Poucos acreditam nas qualidades acadêmicas dos alunos, inclusive eles mesmos. Para que se tenha uma idéia sobre a opinião que prevalece dos estudantes, vale divulgar estes números: 88,8% dos coordenadores e 87,6% dos professores entrevistados avaliam entre regular e insuficiente a habilidade dos alunos para o estudo independente; 88,9% dos coordenadores, 97,8% dos professores e 58,7% dos alunos avaliam entre regular e insuficiente o hábito de leitura; 88,8% dos coordenadores, 79% dos professores e 38% dos alunos avaliam como regular ou insuficiente a prática de utilizar a biblioteca da instituição. Portanto, 81% dos docentes consideram como regular ou insuficiente a dedicação geral dos alunos aos estudos.

O questionário aplicado entre os alunos permitiu constatar que o tempo de estudo semanal é de 7,36 horas em média, o que representa pouco menos de 1,47 horas por dia de segunda a sexta-feira e 1,05 horas de segunda a domingo. Sendo assim, fica comprovado que o tempo de estudo extra-classe é insuficiente para um total diário de quatro horas-aula, no mínimo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível pensar, certamente, que o tempo escolar é a única variável da qual depende a qualidade e eficácia da formação na universidade. Uma afirmação dessa natureza pode conduzir a uma generalização errônea. Não obstante, os resultados do presente estudo de caso revelam, quando menos, a relação existente entre o aproveitamento do tempo escolar, a qualidade da aprendizagem e a formação integral dos alunos.

Daí que o uso correto do tempo constitua um elemento de vital importância para o gerenciamento do processo de ensino-aprendizagem.

Os resultados do trabalho realizado em uma instituição de ensino superior brasileira revelam que o tempo escolar e suas variantes estudadas (tempo acadêmico, tempo da aula, tempo planejado, tempo atribuído, tempo ocupado ou tempo na tarefa, tempo de aprendizagem, tempo necessário e tempo de estudo extra-classe) estão sendo afetados de maneira crescente e indiscriminada por parte de professores e estudantes da educação superior, em que há uma alta porção de responsabilidade dos gestores institucionais. Entre as conseqüências dessa lamentável realidade devem ser mencionadas as seguintes:

Agravamento da aula como espaço-tempo privilegiado para a construção individual e coletiva do conhecimento e a formação integral dos egressos universitários;

Grave afetação da qualidade da formação dos profissionais;

Falta de valorização da profissão docente;

Apatia, desmoralização, indisciplina e falta de motivação de professores e estudantes;

Falta de organização e de controle por parte das autoridades universitárias.

Uma efetiva mudança nas práticas de ensino não é realizável sem ações que permitam uma organização e uma gestão mais eficazes do tempo escolar universitário. Não basta elevar a qualidade do desempenho pedagógico e aperfeiçoar os modos de atuação dos professores. Embora isso seja relevante, é preciso que a instituição passe a planejar criteriosamente seu calendário escolar e a acompanhar e gerir, de maneira mais acertada e sistemática, o aproveitamento do tempo gasto por alunos e professores em atividades acadêmicas. Na realização desse trabalho podem auxiliar os coordenadores de curso, a Comissão Permanente de Avaliação (CPA), os Programas de Pós-Graduação e os núcleos de assessoria pedagógica.

Notas

1. “A aula é a forma de organização mediante a qual o professor, no transcurso de um período de tempo rigorosamente estabelecido e num lugar condicionado especialmente para este fim, dirige a atividade cognoscitiva de um grupo constante de alunos [...] para que todos [...] dominem os fundamentos [...], assim como também para a educação e o desenvolvimento das capacidades cognitivas...” (DANILOV; SKATKIN, 1978, p. 233); “a aula é o espaço e o tempo no qual e durante o qual os sujeitos de um processo de aprendizagem (o professor e alunos) se encontram para juntos realizarem uma série de ações ...” (MASETTO, 2001, p. 85); “a aula é a forma fundamental de organizar o ensino na escola, na qual o professor num período de tempo exatamente definido, ocupa-se da instrução e educação de um grupo constante e homogêneo de alunos...” (REYES; PAIROL, 1988, p. 139).
2. A Lei 9.394/96 esclarece que toda atividade acadêmica programada pela instituição, como parte integrante de seu ano letivo, pode ser contabilizada como dia letivo e computada como freqüência tanto para os estudantes como para os professores. Pode-se entender por atividade

acadêmica todo tipo de trabalho que se realiza na tradicional sala de aula, bem como em outros ambientes adequados a trabalhos teóricos e práticos, a leituras, pesquisas, atividades grupais, demonstrações, pesquisas de campo e outras atividades de natureza acadêmica, com frequência exigível do aluno e efetiva orientação por professores habilitados.

3. O Art. 320 da CLT afirma que o sistema remuneratório do professor toma a hora-aula como um referencial de quantificação do trabalho global do professor, pelo que, em realidade, ela remunera não apenas o trabalho desenvolvido especificamente naquele tempo de aula, mas também o trabalho prévio de preparação, inclusive planejamento da disciplina, da aula e preparação de provas, como também o trabalho subsequente de correção de trabalhos e aferição de resultados (MULLER, 2006).

Referências

- CARELLI, M. J. G.; SANTOS, A. A. A. Condições temporais e pessoais de estudo em universitários. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 2, n. 3, Campinas, 1998. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572001000100004&lng=en&nrm=is>. Acesso em: 4 out. 2007.
- CASTRO, C. M. de. Falta ensinar. *Exame*, p. 90-92, 15 de janeiro de 2004.
- DANILOV, M. A.; SKATKIN, M. N. *Didáctica de la escuela media*. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1978.
- FALDINI, S.B; CYMROT, R; MENGOD, M. O. A.; BROTTTO, M. E.; SCHIAVON, L. H. Comparação do perfil de alunos do curso de Engenharia Química dos períodos diurno e noturno de uma escola particular. Anais da 3ª *International Conference on Engineering and Computer Education*, march 16-19, 2003, São Paulo. Disponível em: <www.oswaldocruz.br/download/artigos/engenharia6.pdf>. Acesso em: 15 out. 2007.
- FERREIRA, F.; DIAS, M. e SANTOS, P. *O tempo escolar*. 06 de junho de 2006. Disponível em: <www.edif.blogs.sapo.pt/13100.html>. Acesso em: 12 set. 2007.
- GARCIA, T. M. F. B. A riqueza do tempo perdido. *Educação e Pesquisa*, vol. 25, no. 2, São Paulo, jul./dez., 1999. Disponível em: <<www.scielo.br>>. Acesso em: 4 out. 2007.
- GAUTHIER, C. *et alii*. *Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente*. Trad.: Francisco Pereira. Ijuí: Edunijui, 1998, 457p.
- MASETTO, M. T. Atividades pedagógicas no cotidiano da sala de aula universitária: reflexões e sugestões práticas. In: CASTANHO, S.; CASTANHO, M. E. *Temas e textos em metodologia do ensino superior*. Campinas: Papyrus, 2001.
- MOURA, E. S; MATSUDO, S. M; ANDRADE, D. R. Perfil do hábito de leitura de alunos do curso de Educação Física do Centro Universitário UniFMU. *Rev. Brás. Ciên. e Mov.*, v. 9, n. 2, p. 29-37, abr. 2001.
- MULLER, J. L. Hora-aula e hora-atividade. Porto Alegre, 11 de novembro de 2006. Disponível em: <www.sinepe-rs.org.br/noticias_detalhes_materia.asp>. Acesso em: 11 set. 2007.
- PAUL, J. J; RIBEIRO, Z. D. As condições de vida e de trabalho dos alunos do Ensino Superior Brasileiro – O caso das universidades de Fortaleza. *Educação Brasileira*, v. 13, n. 26, p. 71-127.

- REYES, G. L.; PAIROL, G. E. V. *Pedagogía*. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1988.
- RICHARDSON, V. Tempo e espaço. In: ARENDS, Richard I. *Aprender e ensinar*. McGraw-Hill de Portugal, capítulo III, p. 79-107, 1997. Disponível em: <http://www.dgdc.min-edu.pt/revista/revista8/ponto_vista04_03.htm>. Acesso em: 12 set. 2007.
- RODRIGUES, R. A educação moral e o tempo pedagógico perdido. Colóquio do LEPSE IP/FE-USP “*Os adultos, seus saberes e a infância*”. Ano 4, Col. LEPSE IP/FE-USP, outubro de 2002. Disponível em: <www.proceedings.scielo.br>. Acesso em: 4 out. 2007.
- SANTOS, S. C. O processo de ensino-aprendizagem e a relação professor-aluno: aplicação dos “Sete princípios para a boa prática na educação de ensino superior”. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 08, no. 1, p. 69-82, jan./mar. 2001.
- SCHIAVON, L. H.; BROTTTO, M. E.; MENGOD, M. O. A.; CYMROT, R; FALDINI. S. B. Delineação do perfil do aluno de um curso de Engenharia Química do período noturno de uma escola particular – tempo de estudo. Anais do *VII International Conference on Engineering and Technology Education, INTERTECH2002*, 2002, p. 78. Disponível em: <www.oswaldocruz.br/download/artigos/engenharia7.pdf>. Acesso em: 16 out. 2007.
- SILVEIRA, R. M. H. Tempo, espaço e conhecimento escolar – uma análise. *Revista Portuguesa de Educação*, ano/vol. 16, número 002, p. 177-196, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2003.
- SOARES, J. F. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. REICE – *Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, 2004, Vol. 2, nº. 2, p.83-104. Disponível em: <www.ice.deusto.es/rinace/reice/vol2n2/soares.pdf>. Acesso em: 2 out. 2007.
- SONNEVILLE, J. O tempo de estudo e de trabalho do aluno universitário – um estudo de caso da FAEEBa. *Revista FAEEBa*. Bahia, 1(1), 1992, 63-78.
- SOUZA, I. T. P. *Estudo do aluno universitário para a construção de um Projeto Pedagógico*. Série Documental: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. (INEP): Relatos de Pesquisa, Brasília, 1993.
- TEBECHRANI, E. A. C. Frequência em sala de aula: um estudo a partir da ótica dos alunos e professores de um curso de graduação. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas, 1999. Disponível em: <www.libdigi.unicamp.br>. Acesso em: 5 out. 2007.
- THERRIEN, J. A racionalidade prática dos saberes da gestão pedagógica da sala de aula. In: CANDAU, V. (Org.). *Múltiplos sujeitos e saberes na educação*. Rio de Janeiro: DR&A Editora, 2000, p. 80-97.

University classes: results of an empirical study of class time management

Abstract

This article presents partial results of an empirical research conducted between 2005 and 2007, in a Brazilian private institution of higher education, aiming at identifying, analyzing and evaluating the effective use of school time. Were interviewed 144 teachers, 279 students and 9 coordinators and were evaluated 72 classes as well as the institutional academic calendar. The data collected showed an alarming and frightening fact: more than 50% of university time (academic time, class time, planning time, allotted time, task time, time to learn, and time needed to study) forecast for the effective learning of students is being wasted or badly managed. For this reason, the classroom has become a missing product, which may help to understand better the problems related to the low quality of teaching-learning processes and the poor technical, professional, human and political performance of students.

Keywords: *University classes. The class. School time.*

La classe universitaire : résultats d'une recherche empirique sur la gestion du temps

Résumé

Cet article présente les résultats partiels d'une recherche empirique réalisée entre 2005 et 2007, dans une institution privée brésilienne dans l'objectif d'identifier, analyser et évaluer la gestion efficace du temps scolaire. Ont été faites des entretiens avec 144 professeurs, 279 étudiants et 9 coordinateurs et évaluées 72 classes et le calendrier scolaire de l'institution. Les données réunies ont montré un fait alarmant et épouvantant: plus de 50% du temps scolaire universitaire (temps académique, temps de cours, temps planifié, temps attribué, temps dans des activités pratiques, temps d'apprentissage, temps d'étude) prévu pour un apprentissage effectif de la part des étudiants est perdu ou mal géré. Pour cette raison, la classe est devenue un produit rare, ce qui peut aider à mieux comprendre les problèmes associés à la basse qualité des processus d'enseignement-apprentissage et le mauvais rendement technique, professionnel, humain et politique des étudiants.

Mots clefs : *Enseignement universitaire. La classe. Temps scolaire.*

La clase universitaria: resultados de un estudio empírico acerca del gerenciamento del tiempo

Resumen

El artículo presenta los resultados parciales de una investigación empírica, realizada entre 2005 y 2007, en una institución privada de enseñanza superior brasileña, con el objetivo de identificar, analizar y evaluar la gestión eficaz del tiempo escolar. Fueron entrevistados 144 profesores, 279 alumnos, 9 coordinadores, y evaluados 72 clases y el calendario académico institucional. Los datos levantados permitieron constatar un recito, a lo mínimo, alarmante y asustador: más de 50% del tiempo escolar universitario (tiempo académico, tiempo de clase, tiempo planeado, tiempo atribuido, tiempo en la tarea, tiempo de aprendizaje, tiempo necesario y tiempo de estudio) previsto para un aprendizaje efectivo por partes de los alumnos son desperdiciados o mal gerenciados. Por ese motivo, la clase se tornó un producto en falta, lo que puede ayudar a mejor comprender los problemas asociados a la baja calidad de los procesos de enseñanza-aprendizaje y el mal desempeño técnico, profesional, humano y político presentado por los estudiantes.

Palabras-clave: *Enseñanza universitaria. La clase. Tiempo escolar.*

Recebido em: 02.12.2007 • Aceito em: 01.02.2008